



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XIX - D.O. 1800 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

VEÍCULO OFICIAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUÍDO PELA LEI Nº 3.718 DE 15 DE JUNHO DE 2021

EDIÇÕES ANTERIORES ESTÃO DISPONÍVEIS EM www.miguelpereira.rj.gov.br

PODER EXECUTIVO

Prefeito Municipal

PEDRO PAULO SAD COELHO

Vice-prefeito Municipal

VITOR HUGO VIEIRA DA SILVA

Chefe de Gabinete

GILMAR BOTELHO DE ALMEIDA SOARES

Procurador do Gabinete do Prefeito

MARCUS AURELIUS MACHADO CARDOSO

Controlador Geral do Município

JOSÉ CARLOS CURTY BAHIA

Secretária de Governo

ADRIANA AFONSECA SOARES

Secretário de Acessibilidade e Inclusão

VICTOR BRESSAN

Secretário de Administração e Recursos Humanos

IGOR COSTA VIANA DOS SANTOS

Secretário de Agricultura e Pecuária

ANDRÉ DANTAS MARTINS

Secretário de Comunicação Social

HÉLIO DE CARVALHO ARAÚJO

Secretário de Cultura e Economia das Indústrias Criativas

JÚLIO CESAR DE SOUZA

Secretário de Defesa Civil

JOSÉ EMILIO DE MENDONÇA ANTONIO

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

RAPHAEL LEANDRO VITOR MATEUS

Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação

LILIANE DORO DA SILVA

Secretário de Desenvolvimento Urbano

OTONIEL MOURA DE PAULO JÚNIOR

Secretária de Educação

MARIA ILDA CANEDO FERNANDES

Secretário de Esporte, Lazer e Recreação

EDUARDO BATISTA RALHA D AFONSECA

Secretário de Fazenda, Planejamento e Finanças

JOSÉ LUIZ BORGES

Secretário de Meio Ambiente

Secretário de Obras e Serviços Públicos

LUIS CLAUDIO OLIVEIRA CONCEIÇÃO

Secretária de Planejamento e Gestão de Projetos

RENATA ALVES PEREIRA

Secretário de Proteção e Defesa dos Animais

ANDERSON DE SOUZA SARPA SANTOS

Secretária de Saúde

CARLOS EDUARDO BATISTA LIMA

Secretário de Segurança

ANDRÉ LUIS NASCIMENTO OLIVEIRA

Secretário de Transportes, Trabalho e Ordem Pública

IVANILSON VENÂNCIO DA SILVA

Secretário de Turismo

AARÃO DE MOURA BRITO NETO

Diretor Presidente da MIGUELPEREIRATUR

ANDRE PINTO DE AFONSECA

Diretor Presidente do MP-Previ

PEDRO HENRIQUE MEDEIROS BALDEZ

PODER LEGISLATIVO

Presidente

VITOR BATISTA RALHA DE AFONSECA

Vice-presidente

MÁRIO LUIS PEDROSO DAS NEVES

1º Secretário

MAURO CELSO PEREIRA DOS SANTOS

2º Secretário

EVANDRO CARLOS CARDOSO BARRETO

Demais Vereadores

CLEBER DE SOUZA FERREIRA

CLEVERTON DA SILVA SALVADO

CRISTIANO MAIA ARANTES

DIEGO COELHO SILVEIRA SOARES ROCHA

JOSÉ ROBERTO MONGIN

JOSIANE VENTURA DA SILVA

MARCOS ELI MALHO



PREFEITURA DE MIGUEL PEREIRA

Rua Prefeito Manoel Guilherme Barbosa, 375, 1º andar

Miguel Pereira - RJ, CEP 26.900-000

prefeitura@miguelpereira.rj.gov.br - www.miguelpereira.rj.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA

Avenida Roberto Silveira, 241, Centro

Miguel Pereira - RJ, CEP 26.900-000

camara@miguelpereira.rj.leg.br - www.miguelpereira.rj.leg.br



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

LEI COMPLEMENTAR N.º 465, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO
CÓDITO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO
DE MIGUEL PEREIRA.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:**

Art.1º O art. 185 do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 36, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 185. Não se incluem na base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza dos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do artigo 165, os valores dos materiais produzidos pelo prestador fora do local da obra, desde que estejam destacados e comercializados com a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.
Em, 19 de dezembro de 2025.

PEDRO PAULO SAD COELHO
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

LEI N.º 4.452, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 5º DA LEI Nº 3.689, DE 7 DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE NAS VIAGENS A SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º Fica acrescentado o parágrafo único no art. 5º da Lei n.º 3.689, de 7 de abril de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

Parágrafo único. A apresentação do relatório de viagem mencionada no *caput* deste artigo ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução dos valores recebidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.
Em, 19 de dezembro de 2025.**

**PEDRO PAULO SAD COELHO
Prefeito Municipal**



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

LEI N.º 4.454, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Miguel Pereira, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

§ 1º As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:

I – à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

II – às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo INPC, acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcimentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcimentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcimento.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcimento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcimento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcimento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcimento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

Art. 6º O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no décimo dia útil do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no décimo dia útil dos meses seguintes.

Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcimento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcimento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o caput, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

Art. 9º O Instituto de Previdência do Município de Miguel Pereira – MP-Previ deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:

I – em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º; e



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

II – se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.

Em, 19 de dezembro de 2025.

PEDRO PAULO SAD COELHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035/2017

LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Miguel Pereiral, através da Chefia de Gabinete;

LOCADORES: MARIA CATARINA FERNANDES COSTA, CPF: 499.666.347-20

RAFAEL FERNANDES COSTA, CPF:086.120.817-00

BARBARA FERNANDES COSTA, CPF: 092.283.457-13

CARLOS ALBERTO COSTA JUNIOR, CPF: 057.931.177-50

LEONARDO CARVALHO COSTA, CPF: 104.070.967-28

VINICIUS CARVALHO COSTA, CPF: 058.419.207-07

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência ao Contrato nº. 035/2017, referente a locação de imóvel não residencial, constituído de 02 (dois) pavimentos, situado à Rua Doutor Osório de Almeida, nº 351 e nº 357, no perímetro urbano do 2º Distrito de Miguel Pereira/RJ, Governador Portela, com área total de 701,60 m2, Inscrições Municipais nº 2743 e nº 20162, para instalação da Agência do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, de acordo com o art. 57 da Lei 8666/93.

PROCESSO PMMP: 7957/2017

PRAZO: Fica prorrogado por 12 (doze) meses o prazo de vigência de execução, administração e responsabilidade técnica do contrato celebrado entre as partes, **iniciando em 31 de dezembro de 2025 e com término previsto em 31 de dezembro de 2026.**

DATA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2025.



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social

Ata de N ° 003/2025

Aos onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas e quinze minutos, no Centro Cultural, situado na Rua Professor Manoel Guilherme Barbosa nº 48 – Centro - Miguel Pereira, a Presidente do Conselho, Elidia David Rodrigues Baltar, deu início à reunião, que teve como pauta principal a discussão e deliberação sobre assuntos referentes à gestão e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e temas correlatos. Foram solicitados e debatidos os seguintes pontos: solicitação de apresentação do relatório das despesas oriundas do Social e dos processos que comprovem tais feitos, detalhamento da documentação de prestação de contas, esclarecimentos sobre o documento de Transferência do fundo datado de 17 de outubro, apresentação dos orçamentos mensais e dos valores do Fundo, incluindo o Valor inicial e o valor em caixa atual, questionamentos sobre o que foi adquirido e pago pelo FMAS. O Conselho deliberou e solicitou que: deve ter acesso ao PPA (Plano Plurianual) antes da sua publicação em relação aos recursos do Fundo de Assistência Social, para que possa exercer seu papel de fiscalização, solicitou também sejam apresentados os fundamentos das emendas e qual o uso permitido para os recursos provenientes delas, bem como toda e qualquer suplementação e remanejamento de recursos deve, obrigatoriamente, passar pelo Conselho para análise e aprovação prévia. Foi discutido também o Processo da emenda da APAE, sendo solicitadas informações sobre o que será adquirido com a emenda e o que pode ser usado para a referida aquisição. Foi destacada a importância de uma Sala equipada, adequada e exclusiva para reuniões do Conselho. O Conselho sugeriu uma agenda anual com as datas de reuniões previstas para a segunda terça-feira de cada mês, podendo ser previamente alterada: 27 de janeiro de 2026; 10 de fevereiro de 2026; 10 de março de 2026; 14 de abril de 2026; 12 de maio de 2026; 09 de junho de 2026; 14 de julho de 2026; 11 de agosto de 2026; 08 de setembro de 2026; 13 de outubro de 2026; 10 de novembro de 2026 e 15 de dezembro de 2026. Será previamente definido local para a realização das reuniões. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho, Elidia David Rodrigues Baltar, agradeceu a presença dos participantes, Ana Paula da Silva Souza (AMAVS), Osinete Silva Moura Flores (APAE), Elidia David Rodrigues Baltar (SMDDH), Alan Costa Lauria Pinto (SECRETARIA DE FAZENDA), Silvana Conceição do Vale (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO), e deu por encerrada a reunião às 15h30 (quinze horas e trinta minutos), para constar lavrei a presente ATA, que após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Documento assinado digitalmente
SILVANA CONCEICAO DO VALE
Data: 17/12/2025 09:32:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **ELIDIA DAVID RODRIGUES BALTAR**
Data: 17/12/2025 16:12:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **OSINETE SILVA MOURA FLORES**
Data: 17/12/2025 16:57:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANA PAULA DA SILVA SOUZA**
Data: 18/12/2025 09:57:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **DENISE CARVALHO DE MORAES**
Data: 19/12/2025 08:54:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **ALAN COSTA LAURIA PINTO**
Data: 18/12/2025 19:52:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>